

RESSALVA

Atendendo solicitação da autora, o texto completo desta tese será disponibilizado somente a partir de 19/06/2020.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

UM OLHAR NAS RELAÇÕES DE CONVIVÊNCIA NA ESCOLA: conflitos, violências, mediação e enfrentamentos

ROSEMEIRE MARQUES RIBEIRO ARCHANGELO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação - Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora, sob a orientação da Prof^a Dr^a Joyce Mary Adam, na linha de pesquisa Educação: políticas, gestão e o sujeito contemporâneo.

08– 2018

ROSEMEIRE MARQUES RIBEIRO ARCHANGELO

**UM OLHAR NAS RELAÇÕES DE CONVIVÊNCIA NA
ESCOLA: conflitos, violências, mediação e
enfrentamentos**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação - Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora, sob a orientação da Profª Drª Joyce Mary Adam, na linha de pesquisa Educação: políticas, gestão e o sujeito contemporâneo.

ORIENTADORA: Profª Drª Joyce Mary Adam

**RIO CLARO
2018**

371.5 Archangelo, Rosemeire Marques Ribeiro
A669o Um olhar nas relações de convivência na escola:
conflitos, violências, mediação e enfrentamentos / Rosemeire
Marques Ribeiro Archangelo. - Rio Claro, 2018
227 f. : il., gráfs., quadros

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientadora: Joyce Mary Adam

1. Violência escolar. 2. Professor mediador. 3.
Microviolência escolar. 4. Exercício da cidadania. 5. Conflitos
interpessoais. I. Título.

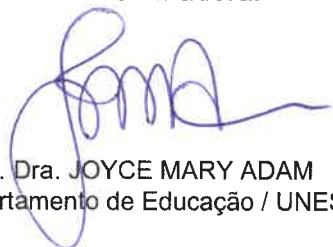
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: UM OLHAR NAS RELAÇÕES DE CONVIVÊNCIA NA ESCOLA: CONFLITOS, VIOLÊNCIAS, MEDIAÇÃO E ENFRENTAMENTOS

AUTORA: ROSEMEIRE MARQUES RIBEIRO ARCHANGELO

ORIENTADORA: JOYCE MARY ADAM

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:

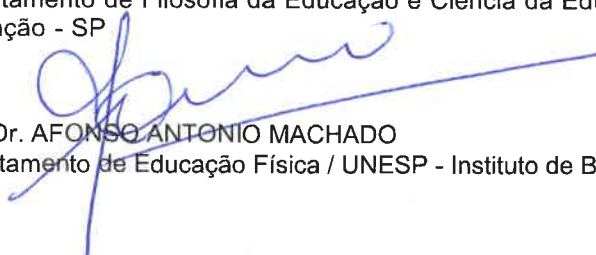


Profa. Dra. JOYCE MARY ADAM

Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Profa. Dra. FLAVIA INES SCHILLING

Departamento de Filosofia da Educação e Ciência da Educação / Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação - SP



Prof. Dr. AFONSO ANTONIO MACHADO

Departamento de Educação Física / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Profa. Dra. TANIA MARIA RECHIA SCHROEDER

Centro de Educação Comunicação e Artes / Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Cascavel / PR



Profa. Dra. SÔNIA LOPES LANZONI

ASSER / Associação de Escolas Reunidas de Rio Claro - SP

Rio Claro, 19 de junho de 2018

Para meus netos: Cristiano, Emanuela, Sarah, Olivia, mas também a todas as crianças e adolescentes que possuem o direito de frequentar uma escola de qualidade, onde estejam em pauta todos os aspectos do desenvolvimento humano.

AGRADECIMENTOS

A responsabilidade deste momento é escrever em poucas palavras o agradecimento desta pesquisa. Porém, para relatar a quem agradeço é preciso regressar ao ano de 1999, momento em que uma mudança drástica em nossa família foi o diferencial para reiniciar o estudo.

Com o recebimento da carta de demissão do meu companheiro, tivemos uma reviravolta em nosso lar. Meus filhos então com 14 e 11 anos e, eu, sem ao menos ter finalizado a formação da Educação Básica que poderia ser a ferramenta para contribuir no sustento de minha família, não tinha como colaborar nesse momento.

E por que retornar a esta data? Porque foi neste desafio familiar que decidi regressar, com 31 anos, aos bancos escolares para ter condições de ingressar no mercado de trabalho e a educação foi a minha escolha, pois me daria a oportunidade de continuar a criação de meus filhos e ao mesmo tempo contribuir com o sustento da família, já que professor trabalha, teoricamente, meio período. Quanta ingenuidade!

E foi por esse motivo que voltei a investir na minha formação educacional. Primeiro passando pelo curso supletivo, posteriormente transferida para o curso Normal Nível Médio na Escola Estadual Joaquim Ribeiro e, finalmente, por meio do vestibular, o ingresso no curso de licenciatura em Pedagogia na UNESP de Rio Claro.

Uma escolha que fez toda a diferença em minha vida, mas que só foi possível pelo apoio e companheirismo do meu parceiro de todas as horas Antonio Flavio Archangelo, meu marido, que acompanhou desde o primeiro momento todos os desafios, todos os medos, todas as dificuldades que é tentar retornar ao mercado de trabalho e, no meu caso, retornar aos estudos.

Um episódio que faço questão de nunca esquecer e sempre me ampara, e que deixa clara a importância do Flavio neste processo, foi momento em que estávamos nós dois sentados e discutindo as despesas do mês, meu caçula veio até nós e perguntou: “pai, onde está a minha toalha?” Esta frase trouxe-me a importância de tudo que estava ocorrendo, de todo esforço que eu estava mergulhada, de toda parceria que o Flavio tinha neste momento. Parece uma frase sem sentido, mas para mim, naquele momento, ao perguntar ao pai onde estava a toalha, soou como algo estarrecedor, afinal, até aquele momento, esta era a minha função de mãe, mas ao mesmo tempo trouxe a cumplicidade e a importância de sua presença no meu processo de formação.

Por isso, agradeço a muitas pessoas neste momento, por estar aqui tecendo em um curto espaço os agradecimentos desta pesquisa, as contribuições significativas de minha querida orientadora Joyce, meus colegas de trabalho, os participantes da pesquisa, da banca, dos professores que contribuíram com a minha formação, a professora que contribuiu com a revisão gramatical, aos meus amigos e familiares. Mas, o agradecimento principal deixo à pessoa que contribuiu significativamente, pois sem a sua retaguarda, sem sua disponibilidade em assumir os afazeres do lar, eu não conseguiria finalizar esse processo. **MUITO OBRIGADA POR TUDO, ANTÔNIO FLÁVIO! E os méritos que resultam dessa pesquisa e de todo processo nestes últimos 18 anos, eu compartilho com você!**

Na menor das minhas ações, afeto toda a humanidade.

Sartre

RESUMO

Os conflitos interpessoais estão presentes no cotidiano escolar e muitas vezes acabam por serem desencadeadores das microviolências e da violência desse cotidiano. O Governo do Estado de São Paulo propõe, por meio da Resolução SE 19/2010, a introdução, nas escolas paulistas, de um profissional, o Professor Mediador Escolar Comunitário (PMEC), com o objetivo de mediar os conflitos no ambiente escolar, pautado na justiça Restaurativa (JR), de implantação e desenvolvimento de Projetos Transversais preventivos da violência e de aproximação da escola com as instituições da Rede de Garantia de Direitos à Criança e Adolescentes, para que o clima relacional dentro das unidades melhore. Deste modo, esta pesquisa propõe um estudo exploratório de abordagem qualitativa, tendo como referencial metodológico a pesquisa documental e, como complemento aos dados, entrevista semiestruturada em duas escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental II no interior paulista. Uma das unidades escolares que possui em seu quadro de servidores o PMEC e outra que não possui. Propõe analisar o conteúdo dos Livros de Ocorrências Escolar (LOE), assim como nos Regimentos internos e nas Propostas Pedagógicas quais trabalhos as escolas têm realizado na prevenção e intervenção nas relações de convivência, de conflitos interpessoais, nas microviolências e violência escolar. Busca, ainda, analisar se a escola que possui esse profissional no quadro de servidores ameniza de forma qualitativa as violências e as microviolências do cotidiano escolar quando comparada com a que não conta com esse servidor e qual o impacto ao exercício da cidadania. Para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2004). Os dados evidenciaram que o trabalho com a Justiça Restaurativa não ocorre na escola pesquisada, assim como a introdução desse profissional não contribuiu com a diminuição das microviolências escolares, que a escola ainda necessita de instrumento de punição para a resolução das mesmas e tem na suspensão do aluno das aulas a grande estratégia de trabalho. Mostrou também que os projetos existentes na escola são burocráticos e a forma como ela faz as intervenções nos conflitos a transforma em produtora de violência e a mesma não tem consciência disso. E, finalmente, que diante da inexistência de um trabalho sistematizado, dialógico, de participação de um projeto de escola, ela, a instituição, negligencia a sua finalidade que consiste na formação para exercício da cidadania plena.

PALAVRAS-CHAVE: Professor Mediador; violência da escola; microviolência escolar; exercício da cidadania; conflitos interpessoais.

ABSTRACT

Interpersonal conflicts are present in the school routine and often trigger microviolence and violence in such environment. São Paulo state government, through the normative resolution SE 07/2012, introduces a professional – the mediator teacher (MT) – who has the responsibility to mediate conflicts among students. This decision is based on restorative justice (RJ), on the implementation and development of transversal projects for violence prevention and on the approximation of schools to Child and Adolescent Rights Institutions, aiming at improving the relational climate in schools. Therefore, this study proposed an exploratory qualitative approach, having documentary research as methodological reference and using semi-structured interview in two state public schools (Fundamental Education II) for data complementation. From the two schools surveyed, only one has an MT. This study comprised the analysis of the School Reports, Internal Regulations and Pedagogical Proposals to identify which actions have been taken to prevent and intervene in student relationships, interpersonal conflicts, microviolence and violence at school. Furthermore, this research verified whether the presence of this professional qualitatively minimizes violence and microviolence in the school routine and the impact of such intervention on the exercise of citizenship. Content analysis was performed according to Bardin's perspective (2004). The results showed that the intervention of the MT did not contribute to minimize microviolence, i.e., the school still needs punishment elements to solve violence problems, such as student suspension. The results also revealed that the projects are bureaucratic and the current school interventions turn the educational institutions into violence producers, although this fact is unintended and unnoticed by the institutions. Thus, considering the lack of a systematized work, the schools have neglected their role in the formation for the exercise of full citizenship.

KEY WORDS: mediator teacher; school violence; school microviolence; exercise of citizenship; interpersonal conflicts.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. VIOLÊNCIAS E MICROVIOLÊNCIAS	27
2.1. Violência: retrato da realidade	27
2.2. Violência e microviolências na escola.....	33
2.3. Delineando o conceito	33
2.3. Aumento da violência na escola?	38
2.4. Os conflitos interpessoais no cotidiano escolar	40
3. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR ENQUANTO ESPAÇO DE DIREITO À VIDA DEMOCRÁTICA E AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA	53
3.1.A finalidade da educação escolar	54
3.2.A educação escolar como direito à cidadania.....	64
3.3.Política de enfrentamento da violência escolar - Procedimento de resolução de conflitos interpessoais	70
3.3.1.Justiça Restaurativa (JR)	80
3.3.2.Repressão para educar?	90
4. UM OLHAR NA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	101
4.1.A apresentação dos dados da pesquisa.....	103
4.1.1.As escolas	103
a) O contato com as escolas	104
b) Escola 01	104
c) Escola 02	106
4.1.2.O Grêmios Estudantil.....	110
4.1.3.Professor Mediador.....	118
4.2.Regimento escolar referente aos deveres e as penalidades.....	126
4.2.1. As relações de convivência normatizadas nos documentos regras/ normas de convivência.....	126
a) Direitos dos estudantes	133
b) Deveres dos estudantes e as regras escolares.....	135

c) É proibido ao aluno.....	138
d) Faltas disciplinares dos alunos e as medidas disciplinares	142
4.3. As ocorrências dos conflitos, violência e microviolências escolares: o que mostra a realidade	145
4.3.1. GRÁFICO 01: As ocorrências registradas no LOE	146
4.3.2. GRÁFICO 02: Os registros do LOE organizados de acordo com Debarbieux (2002)	147
4.3.3. GRÁFICO 03: Com quem ocorrem os conflitos interpessoais e a agressão física?	149
4.3.4. Violência e microviolências no contexto escolar	152
4.3.4.1. GRÁFICO 04: As microviolências que culminam em violência	153
4.3.4.2. Quando a escola provoca a violência ao intervir nos conflitos.....	154
4.3.4.3. Quando a escola produz violência a partir das microviolência nas relações de convivência.	157
4.3.5. Punição, medidas protetivas.	162
4.3.5.1. GRÁFICO 05: Suspensão para educar	162
4.3.5.2. Suspensão como controle	163
4.3.5.3. Suspensão como prêmio.....	166
4.3.5.4. Punição e a perda do direito à educação	167
4.3.5.5. Tentativas de fazer diferente – reparação do erro?.....	169
4.4. Discussão dos dados	170
4.4.1. O controle por meio do constrangimento	173
4.4.2. O controle na não participação das discussões e construções das regras de trabalho e conduta	182

CONSIDERAÇÕES FINAIS – UM OLHAR QUE BUSCA A COMPREENSÃO PARA AS RELAÇÕES DE CONVIVÊNCIA NA ESCOLA	193
--	------------

REFERÊNCIAS.....	202
-------------------------	------------

ANEXOS.....	213
--------------------	------------

**UM OLHAR NAS RELAÇÕES DE
CONVIVÊNCIA NA ESCOLA: conflitos,
violências, mediação e enfrentamentos**

1.INTRODUÇÃO

Iniciar a descrição de uma pesquisa de doutorado me remete a segunda-feira de uma noite quente de verão no mês de março do ano de 2000.

Dia em que eu tive que reunir toda coragem, que eu pudesse conseguir, para passar do portão da escola. Escola Estadual de supletivo que iria ser a ferramenta das transformações que eu provocaria na minha história de vida.

Descrever a pesquisa que aqui nesse momento vai se delineando a cada linha, a cada caractere é como apresentar um troféu de um percurso árduo, lindo e de lutas. Lutas entre as necessidades de uma família, de uma estudante, de uma mulher.

A pesquisa que descrevo aqui é o resultado desse percurso que me apresenta um cenário no qual a escola, além de contribuir com a formação acadêmica, também é a responsável pela formação da dimensão humana, dos sonhos, das convivências, dos conflitos, das amizades. A escola, muito mais que concreto, frio concreto, abriga vidas que se tecem a cada relação, interação e convivência.

Pensar a escola como essa parte da nossa vida é compreender a sua importância na nossa formação de ser humano. E considerar a responsabilidade dos profissionais que lá estão para contribuir com essa formação.

Porém, estar diante de situações de conflitos, transgressões¹, incivildades, indisciplinas e o modo como a escola tem reagido na mediação desses desafios, apresenta um quadro caótico. Seria impotência? Falta de conhecimento sobre as relações humanas? Afinal, isso não se ensina nos bancos das universidades, principalmente quando se trata de disciplinas técnicas, como as que são apresentadas no Ensino Fundamental II: português, matemática, geografia, entre outras. Disciplinas importantes para a formação e o exercício da cidadania, porém, no processo educativo do docente que ficará responsável por elas, falta-lhe o aprofundamento na dimensão humana, tão importante na complementação da educação de nossos meninos e meninas para o exercício da cidadania.

Mas, não só esses profissionais não têm acesso a essa formação, pois, enquanto aluna de graduação em licenciatura em pedagogia, foram poucas as disciplinas que possibilitaram o debate frente à dimensão humana, e apenas uma oportunizou um aprofundamento nessa temática. Porém, essa disciplina era optativa, não constava no currículo para a formação do futuro pedagogo. Assim, essa temática poderia ser realizada ou em disciplinas optativas, ou então, em forma de pesquisa no processo formativo desse profissional para a conclusão de curso.

Essa realidade remete-nos a algumas reflexões que estão permeadas no resultado da pesquisa que aqui se descreve. E, neste momento, será necessário apresentar a experiência vivida por essa pesquisadora em sua primeira atuação em sala de aula.

¹ Esses conceitos serão abordados no segundo capítulo.

Foi durante meu processo de formação na profissão docente, enquanto aluna do curso Normal Nível Médio em 2002, que me interessei pelo tema das microviolências² que permeiam o cotidiano no processo educativo: “os valores estão invertidos”, dizia com toda simplicidade nos debates e rodas de estudos ao analisar cenas do cotidiano escolar que se referiam à indisciplina, a agressão entre os alunos, ou alunos e professores, as pequenas agressões cotidianas que interferem na aprendizagem e nas relações de convivência no interior da escola.

O maior medo nessas conversas que eu e minhas colegas de curso, futuras professoras, verbalizávamos, não era sobre como ensinar matemática, português, alfabetizar, ensinar ciências, etc., o maior medo dizia respeito ao comportamento dos alunos durante as aulas, medo de não conseguir “controlar” a sala de aula.

E foi durante uma aula eventual que proferi a uma turminha de segunda série durante esse processo de formação que me deparei com o medo relatado nas aulas do “magistério”, ali na minha frente, ao vivo e a cores!

Durante uma aula de artes, releitura de Van Gogh, que acidentalmente uma das crianças presente rasgou a obra de arte de outra. E, em meio a tubos de tintas que voavam sobre a minha cabeça, e a crianças que se engalinhavam a minha frente, que aquele medo se materializava diante de uma recém-formada professora, com toda sua inexperiência.

Todas as conversas, as ideias, os textos lidos não foram suficientes para ajudar-me a “controlar” aquelas pequenas pessoas com 8, 9, 10 e 14 anos.

² Esse conceito será abordado no segundo capítulo.

Sim, 14 anos, pois nessa sala de aula foram aglutinadas todas as crianças com dificuldade de aprendizagem e entre elas, um adolescente de 14 anos, que não estava alfabetizado e que, embora estivesse matriculado em uma sala de quarta série, frequentava uma segunda a fim de se alfabetizar: dificuldades organizacionais, de políticas públicas, falência da educação?

A experiência vivida naquela tarde de novembro iria marcar minha trajetória na educação, a sensação de incompetência, de não ter “ensinado” nada àqueles meninos e meninas embalou meus sonhos por muitos dias a fio e contribuiu para subsidiar a temática de pesquisas realizadas durante este processo. Mais de uma década se passou entre aquele episódio e a pesquisa que aqui se delineia, mas que não conseguiu apagar o desejo pela compreensão do cotidiano escolar, mais especificamente as relações de convivência e os conflitos interpessoais que se transformam em violência escolar.

As brigas, insultos, brincadeiras de mau gosto, pequenos furtos de materiais escolares de estudantes, apelidos, ameaças aos professores, agressão física e verbal entre os alunos, quebra das regras de classe e de escola são alguns dos exemplos de cenas que ocorrem em seu interior. O que fazer? Como agir? Do outro lado punição arbitrária, imposição das regras, normatização das regras de convivência nos regimentos escolares sem a participação e discussão dessas com os estudantes. Essas experiências que ocorrem no interior das escolas não deixam dúvidas da necessidade de trazer para o debate a questão da convivência nesses espaços educativos, dos conflitos interpessoais que os permeiam e da violência e microviolências que surgem como resultado da falta de um trabalho intencional ou da própria forma como a escola vem tratando esse desafio.

Para Chrispino (2007), essa é uma dificuldade brasileira pelo qual outros países já passaram e que podem contribuir com as políticas para a educação e para os diversos atores da escola na tentativa de compreender o “complexo sistema que é o fenômeno violência escolar”. (CHRISPINO, 2007, p. 12). E, pontua que “a massificação da educação [...] garantiu o acesso dos alunos à escola”, porém, “[...] expos a escola a um contingente de alunos cujo perfil ela – a escola – não estava preparada para absorver”. (IDEM, p.16).

Uma realidade da contemporaneidade na educação brasileira, situações no cotidiano que geram um clima de insegurança. Para Salles (2016), o desrespeito ao outro, a transgressão dos códigos de boas maneiras, grosserias, humilhações, gozação, indiferença, a não realização das tarefas escolares, que ocorrem sem parar nesse cotidiano, contribuem para este clima de insegurança. O que faz com que os atores escolares, que são vítimas e causadores dessas microagressões, sintam-se sob ameaça permanente, uma vez que não se pode prever quando a próxima irá acontecer. O que vai marcando as relações no espaço escolar com atitudes de desrespeito, grosserias, desacatos e descortesias.

Para a resolução desse problema, algumas pesquisas assinalam a necessidade de aumentar ou utilizar punições mais rigorosas nos espaços educativos. Nessa perspectiva, os estudos de Malta Campos (2008) e da UDEMO (2001) - Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo - pontuam essa questão.

Malta Campos (2008), após estudar 8500 docentes em 19 Estados brasileiros, mostrou que 83% dos professores que atuam na Educação Básica consideram que, para a resolução dos problemas referentes à indisciplina dos

discentes, a utilização de medidas mais severas com punições mais rigorosas aos alunos deveriam ser inseridas no cotidiano escolar. Esse estudo confirma os dados da pesquisa UDEMO (2001) que mapeou a violência escolar do Estado de São Paulo e propôs para minimizar essa situação nas Unidades escolares a contratação de maior número de funcionários (69%); maior participação da família (66%); a contratação de psicólogos (63%); a implantação de projetos de valorização da escola envolvendo pais/alunos/comunidade (56%); a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (44%) e a defesa de policiamento intensivo e permanente no ambiente escolar (22%). Considerando que o maior índice de violência no estudo desse sindicato refere-se às agressões entre os próprios alunos (90%), infere-se que, diante dos conflitos interpessoais, os profissionais da educação acreditam na punição severa, na vigilância acirrada e nas atitudes improvisadas, pautando-se no senso comum como necessárias para o “controle” do comportamento dos alunos.

Contudo a legislação nacional, que embasa as relações de convivência, dispõe que em caso de infrações cometidas pelas crianças e adolescentes, esses possuem o direito de terem a dignidade preservada, e isso inclusive no ambiente escolar. Ou seja, sinalizando o oposto do desejo dos profissionais da educação de acordo com essas pesquisas. O Estatuto da criança e do Adolescente (ECA – Lei 8069/90), pautado na Constituição Federal de 1988, vai normatizar em seu Art. 18-A. que toda

[...] criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Assim, estão proibidos o

[...] I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

- a) sofrimento físico; ou
- b) lesão;

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

- a) humilhe; ou
- b) ameace gravemente; ou
- c) ridicularize.

E pautado nessa perspectiva da proteção das crianças e adolescentes e garantindo os Direitos Humanos que surge a abordagem metodológica da inserção de mais um profissional no interior da escola a fim de utilizar medidas protetivas em casos de violência e microviolências escolar, o Professor Mediador³ (PM).

Tendo suas ações oriundas dos princípios da Justiça Restaurativa⁴ (JR), esse profissional tem entre as suas funções mediar os conflitos existentes na escola. Entretanto, Santos e Adam (2017) indagam que essa proposta apresenta ressalvas, uma vez que a escola passa a ceder espaço para a terceirização dos seus conflitos, e infere-se a partir dessa ótica que, ao serem protagonistas das microviolências dentro das salas de aulas ou das escolas, os estudantes são encaminhados para outro profissional mediar esses conflitos, retirando da autoridade do professor essa responsabilidade.

Debarbieux (2002), Charlot (2002) e Vinha (2013) afirmam que a violência escolar ocorre em menor número no interior da escola e que vêm

³ É preciso esclarecer que no percurso de finalização deste estudo o Governo do Estado de São Paulo alterou a Resolução que normatiza a inserção do Professor Mediador nas unidades escolares pela Resolução SE 41 de 22 de setembro de 2017, revogando a Resolução SE 7, de 19/1/2012. Deste modo, para este estudo não foi considerada a Resolução SE 41. Pois a coleta de dados estava pautada nas ações do PM que fundamentou o trabalho da Unidade escolar por força da Resolução 07 no percurso desta pesquisa.

⁴ A Justiça Restaurativa será discutida no terceiro capítulo.

aumentando consideravelmente as microviolências. Archangelo (2003; 2010), Silva (2016) e Charlot (2002) constatarem que a escola também é produtora de violência. A mídia apresenta cenas aterrorizantes de violência entre alunos, ou alunos e professores. A mais recente tragédia apresentada foi a ocorrência do adolescente que atirou o livro e esmurrou sua professora de português e que foi veiculada em grande escala pela mídia em agosto de 2017. A atitude do estudante cortou as pálpebras da docente quando ela solicitou que se retirasse da aula por não estar realizando as atividades de sala⁵. O adolescente, por sua vez, alegou “que primeiramente foi ofendido pela professora, a situação foi se agravando, ele perdeu a cabeça e acabou batendo na professora”, o delegado responsável pelo caso informou que o adolescente [...] “se mostrou arrependido, teria não feito se tivesse pensado um pouquinho mais. Disse que foi um ato impensado, de pura emoção”⁶. Mais um episódio que demonstra que as ações que estão ocorrendo nas unidades escolares, a fim de garantir a aprendizagem ou então resolver conflitos interpessoais, acabam em violência.

Desse modo, considerando as pesquisas recentes apontadas anteriormente, mais os inúmeros casos de agressões ocasionados por tentativas de resolução de conflitos interpessoais dentro das unidades escolares escancaradas na mídia e nas redes sociais, questiona-se se a presença do Professor Mediador na escola tem contribuído com a diminuição da violência ou das microviolências? Seria esse o grande segredo?

⁵ Consultar site: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/professora-denuncia-aluno-de-15-anos-por-agressao-em-escola-de-sc-sociedade-nos-desamparou.ghtml>.

⁶ Disponível no site: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/adolescente-depoe-sobre-agressao-a-professora-em-sc-e-diz-que-ficou-muito-nervoso.ghtml>.

Nesse sentido, concebendo que a violência e as microviolências estão inseridas no cotidiano escolar e muitas vezes são as consequências de falta de trabalho intencional nas escolas é que surge o tema dessa pesquisa: a violência da escola.

Em suma, as reflexões anteriores demonstram a importância e a necessidade de aprofundar os estudos sobre o tema que a cada dia está mais em evidência em nosso país que se trata da violência escolar surgida a partir das relações de convivência na escola e como esse profissional, o Professor Mediador, está contribuindo com a diminuição dessa violência e das microviolências.

E assim, diante dessas experiências que essa pesquisa se delineia, **atrevi-me** a tentar compreender a “caixa preta” das escolas que se refere à convivência que nela pulsa, com toda complexidade das relações interpessoais. Mas sem deixar de enfatizar que é de lá, das experiências iniciais e do processo do chão da sala de aula, que pretendo contribuir ao aprofundar um estudo tão importante para nós, docentes. Seja na dimensão das políticas públicas, ou mesmo das reflexões que serão fomentadas a partir deste estudo.

Portanto, iniciar uma pesquisa acadêmica nos traz todas as inseguranças, inquietações e curiosidades que serão acalentadas pelas descobertas na medida em que a pesquisa vai se delineando sob o olhar atento do pesquisador.

Mais instigante que iniciar a pesquisa é a preocupação com o método a ser utilizado, que possibilitaria desvendar o novo que está à frente dos olhos. Principalmente quando esse olhar estará voltado para as relações existentes no cotidiano escolar.

Segundo Gatti (2002), os métodos nascem do embate de ideias, perspectivas, teorias, com a prática. Eles não são só um conjunto de passos que ditam um caminho. São também um conjunto de crenças, valores e atitudes.

Desse modo, a metodologia aqui proposta foi o primeiro passo para desvelar e confrontar a hipótese de pesquisa. Prevendo que o embate de ideias com as teorias, pesquisas e a coleta de dados poderão, ou não, ser reconfiguradas. Delineadas e revistas para chegar o mais próximo da resposta às questões que aqui se faz.

E para melhor compreender ou chegar próximo à compreensão da questão inicial, optou-se pela pesquisa qualitativa e um estudo exploratório sobre o tema a fim de maior familiaridade com o problema de pesquisa e contribuir para aprofundar e debater a temática. (GIL, 2002). Visto que a introdução do Professor Mediador no espaço escolar é recente e um olhar sobre as consequências do seu trabalho no ambiente escolar necessita ser observado. Assim, o estudo exploratório será a lente a olhar esse cotidiano e os significados que têm as ações e os eventos para o grupo escolhido para se estudar.

Ao selecionar essa metodologia de pesquisa, acredita-se nas possibilidades de um plano aberto e flexível, pois conforme o cotidiano é desvelado, as hipóteses podem ser reformuladas e novas perspectivas delineadas, porque se concebe a educação e as relações em seu cotidiano como um processo social, dinâmico, histórico.

Desse modo, este estudo pretende responder à questão que surgiu a partir da reflexão das pesquisas anteriores e consiste: **o trabalho com a justiça restaurativa em escola estadual do Ensino Fundamental II, em um município do Estado de São Paulo, por meio do Professor Mediador,**

contribui para resolução de conflitos de ordem interpessoal de forma mais positiva, diminuindo a violência dura e as microviolências escolares se comparado àquela que não possui o Professor Mediador e se está contribuindo para o exercício da cidadania?

Essa questão surge a partir de relatos de alguns profissionais que trabalham na supervisão da rede estadual paulista em que enfatizam o sucesso da implantação da Justiça Restaurativa (JR) no Estado de São Paulo. Além disso, nas pesquisas, o Jornal virtual⁷ InfoSurHoy traz como manchete que a JR está contribuindo com a diminuição da violência nas escolas e apresenta o interesse do Estado do Rio de Janeiro na implantação desse “modelo” paulista. Em palestra presenciada pela pesquisadora e proferida por supervisores das escolas estaduais paulista, fica evidente o sucesso desse projeto, porém, em conversas e debates com professores que trabalham nas escolas fica evidente o insucesso.

Desse modo, essa pesquisa objetiva ampliar, identificar, analisar e debater o processo de mediação implementado pelo Sistema de Proteção Escolar e a utilização dos princípios da JR na escola, qual a sua importância frente às resoluções dos conflitos, qual a contribuição para o exercício da cidadania plena destas intervenções das instituições de ensino nestes conflitos e microviolências que os estudantes vivenciam diariamente no cotidiano escolar. Para isso, será investigado, no decorrer da coleta de dados, qual o conhecimento que esses estudantes possuem do tema, suas visões da realidade vivida, opiniões, quais as “infrações” cometidas pelos estudantes são passíveis de

⁷ Pode ser consultado no site
<http://infosurhoy.com/pt/articles/saii/features/main/2012/01/17/feature-02?source=related>

serem resolvidas com o professor mediador, além dos projetos intencionais que existem nas unidades que possibilitam pensar sobre as incivildades, transgressões, indisciplinas e violência dentro das instituições de ensino. Pautados no princípio que é também a escola o local de grande contribuição na formação para a cidadania, pensando-a enquanto ferramenta para a dimensão humana.

Assim, para tentar responder a questão inicial esse estudo pretende:

I – Identificar em duas escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental II, uma que possui o Professor Mediador e outra que não possui:

- a) Os procedimentos previstos e os utilizados no cotidiano escolar na intervenção dos conflitos interpessoais e nas microviolências e qual a tomada de decisão para a resolução do problema;
- b) Se há diferença qualitativa nas microviolências entre a escola que participa do Projeto do Sistema de Proteção Escolar e possui o Professor Mediador e aquela que não conta com esse profissional em sua equipe;
- c) Qual a contribuição das intervenções da escola nos conflitos interpessoais e microviolências para o exercício da cidadania plena.

E para atender os objetivos que aqui se propõe, serão utilizadas, como instrumentos para a coleta de dados, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturadas.

Um grande desafio nesse percurso em busca de compreender e aprofundar no tema de pesquisa foi selecionar o município que subsidiaria este estudo. E optou-se por um Município do interior paulista que se destacava no trabalho com a inserção do Professor Mediador na intervenção dos conflitos

interpessoais. Para isso, foram consideradas as falas dos professores que atuam nas escolas estaduais que possuem o profissional.

De posse do tema da pesquisa, a violência escolar da escola proveniente da convivência na escola, deu-se início à leitura de pesquisas (POSSATO, 2014; NEVES, 2013; ZALUAR, 2001; SPOSITO, 2001; DEBARBIEUX, 2002; CHARLOT, 2002; SCOTUZZI, 2014; WAISELFISZ, 2014), por meio de levantamento bibliográfico para delinear o objeto de estudo. Dentre as leituras chamou a atenção a divulgação do mapa da violência no ano de 2014 (WAISELFISZ, 2014). Nas pesquisas consultadas, o trabalho realizado no Estado de São Paulo com a inserção dos professores mediadores nas escolas estaduais possibilitou questionar a violência escolar nas instituições que possuem esse profissional no seu cotidiano (SCOTUZZI, 2012; POSSATO, 2014; NEVES, 2012). Assim, esse docente inserido nas escolas foi um ponto considerado. Apesar do Estado de São Paulo não ser o mais violento do Brasil, ele apresentava um diferencial: o Programa “Sistema de Proteção Escolar”, uma parceria com Secretaria de Segurança Pública e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação que incluem ações conjuntas com o objetivo de promover um ambiente seguro e propício à socialização dos discentes, por meio da prevenção dos conflitos. Por isso, o Estado de São Paulo seria o que subsidiaria os dados para construir esta pesquisa.

A hipótese que se apresenta nesse estudo consiste em considerar que ao introduzir o professor mediador para o trabalho com a justiça restaurativa nas escolas, não se considera a violência produzida pela própria escola. O que nos faz compreender que esse instrumento, a mediação dos conflitos, seria mais uma ferramenta de controle institucional para que as crianças e adolescentes

sejam “moldadas” na perspectiva de justiça unilateral, criada pela própria escola. E, ainda, que a instituição escolar não possui a clareza que cabe a ela, a escola, também a responsabilidade pelo processo de humanização garantido pela legislação e que, teoricamente, oferece uma formação para a cidadania plena.

Desse modo, a pesquisa aqui apresentada, realizada em duas escolas estaduais públicas de Ensino Fundamental II localizadas em município do interior paulista, uma que aderiu ao Programa “Sistema de Proteção Escolar”, uma parceria com Secretaria de Segurança Pública e a Fundação para o desenvolvimento da Educação que incluem ações conjuntas com o objetivo de promover um ambiente seguro e propício à socialização dos discentes, por meio da prevenção dos conflitos e possui o Professor Mediador entre sua equipe. E outra que não possui.

Para a seleção da escola no município levou-se em consideração o tempo de atuação da Direção escolar responsável pela unidade de ensino a ser pesquisada. No primeiro momento utilizou-se como critério o tempo de atuação de pelo menos 10 anos. Todavia, ao não conseguir o profissional com esta experiência na escola, optou-se por selecionar aquela onde a direção trabalharia há mais de 5 anos na unidade, uma vez que seriam selecionados alunos que cursavam o nono ano e estudavam na escola desde o sexto ano. Alguns desafios acompanharam a seleção dessas unidades escolares. As que seriam convidadas a participar desse estudo foram organizadas em um quadro por duplas que possuíam critérios próximos. Nas primeiras selecionadas, a direção possuía 10 anos de experiência na mesma unidade, porém foram descartadas. Uma por não aceitar participar desta pesquisa e a outra por perder o Professor Mediador no ano letivo de 2017 durante o período da coleta de dados. Uma nova

dupla foi selecionada. Nessas próximas unidades a direção possuía uma experiência de no mínimo 05 anos na mesma unidade educacional. E, com isso, chegou-se a Escola 01 que participa do Programa “Sistema de Proteção Escolar”, E a Escola 02 que não participa desse programa e não possui o Professor Mediador em seu quadro recursos humanos.

Outro critério diz respeito à faixa etária dos estudantes da escola. O programa de prevenção ocorre nas escolas estaduais do município estudado, no Ensino Fundamental II e Ensino Médio. A escolha dos participantes do Ensino Fundamental II se deu devido às particularidades dessa própria faixa etária e, ao selecionar entrevistar o nono ano, considerou-se que depois de um percurso de escolarização, esses meninos e meninas poderiam ter muitas experiências para relatar. Riqueza de experiências que um aluno ou aluna do sexto ano não poderia expressar.

Para apreciação dos dados utilizar-se-á a análise de conteúdos como recurso. De acordo com Bardin (2004), a análise de conteúdo pode ser de significados (análise temática) e de significantes (análise dos procedimentos); quer dizer, pode ser entendida como uma técnica de investigação que, por meio de uma descrição objetiva, sistemática, com indicadores quantitativos ou não do conteúdo manifesto das comunicações, permite a inferência de conhecimentos relativos à recepção destas mensagens e tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações.

Entre as técnicas existentes na análise do conteúdo, utilizaremos a análise categorial que consiste em classificar os diferentes elementos “segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir uma certa ordem na confusão inicial”. (BARDIN, 2004, p.32). Segundo o autor, para

elaborar as categorias de análises, será necessária a divisão do texto em unidades, seguindo agrupamentos analógicos. O que se realizará com o levantamento das descrições dos Livros de Ocorrência escolar (LOE) e das respostas às questões da pesquisa semiestruturada.

A intenção desse tipo de análise não reside na simples descrição dos conteúdos, mas na interpretação dos indícios cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos, utilizando a inferência, isto é, deduzindo de maneira lógica os conhecimentos sobre o emissor da mensagem. Em outras palavras, procuraremos conhecer, com a análise de conteúdo, aquilo que está por detrás das palavras que serão objeto de análise, buscando outras realidades por meio do que foi falado ou escrito.

Após a **introdução** deste estudo e do percurso metodológico, no primeiro capítulo, apresenta-se ligeiramente o conteúdo dos demais.

No **segundo capítulo**, expõe-se a temática da pesquisa, a violência social no Brasil e que trouxe um referencial teórico relacionado à violência da escola refletindo sobre a importância de categorizar os problemas do cotidiano escolar referentes às microviolências escolar e o debate acerca dos conflitos interpessoais que surgem no seu cotidiano.

No **terceiro capítulo**, foi necessário trazer ao debate o papel da escola na sua organização enquanto espaço de direito à vida democrática e ao exercício da cidadania. Pois se compreende que, ao não realizar um trabalho intencional com a dimensão humana, e nas intervenções sistematizadas de prevenção e ação nos momentos de conflitos interpessoais, nega aos estudantes o direito de uma educação que deveria garantir a formação para o exercício da cidadania e consequentemente contribui para o surgimento da

violência e microviolências **da** escola. É o momento de pensar esse espaço, também, sobre a ótica da dimensão humana.

No **quarto capítulo**, será o momento de trazer para o debate quais as intenções propostas pelas unidades de ensino em seus documentos oficiais, uma que aderiu ao Programa “Sistema de Proteção Escolar” e aquela que não, quais são as propostas de trabalho nessas unidades, além de apresentar o relato e reflexão dos registros nos livros de ocorrência a fim de confrontar com o posicionamento teórico delas, tentando, assim, responder ao questionamento inicial desse estudo. Esse processo foi complementado com os relatos dos participantes da pesquisa na apresentação, análise e discussão dos dados.

Nas **considerações finais**, tentou-se trazer um olhar sobre todas as reflexões, mas que não finaliza e sim, indica o início de um recomeço.

E, para finalizar essa, é preciso esclarecer que a cada início de capítulo serão apresentadas as ocorrências dessas duas unidades educacionais, de modo a provocar o leitor a refletir sobre os conflitos que emergem no cotidiano e as tentativas de resoluções destes conflitos interpessoais que muitas vezes culminam em violência provocada pela escola e ter conhecimento de quais são as ocorrências – em sua maioria – descritas nos LOE das duas unidades. Conteúdo esse que reforça o pânico moral na percepção do aumento da violência escolar, que muitas vezes é enfatizado pela mídia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – UM OLHAR QUE BUSCA A COMPREENSÃO PARA AS RELAÇÕES DE CONVIVÊNCIA NA ESCOLA

Antes de iniciar o olhar final acerca do estudo que teoricamente aqui se finaliza, e digo teoricamente, porque ele vai deixando questionamentos e desassossegos para o desejo de olhar a escola, a convivência e as relações que nela pulsa; é preciso pontuar que, apesar de tratar de um tema tão peculiar e delicado nestas relações de convivência, não tive como objetivo traçar respostas rígidas às hipóteses que foram delineadas no início do trabalho. Mas, sim, tentar, por meio dos “significados e significantes” das categorias e nos próprios documentos ou falas dos estudantes, aproximar das possíveis ações realizadas pela escola em busca de um espaço que procura desenvolver seu trabalho, mesmo diante de toda precariedade, seja referente aos recursos humanos ou materiais e toda necessidade que a escola vive/passa para cumprir a sua função social, delegada a ela nos documentos oficiais.

Quero enfatizar que ouvir os alunos, os profissionais, ler as descrições nos livros de ocorrências ou ouvir as denúncias dos estudantes, muitas vezes me obrigou a me distanciar por instantes da realidade posta, para conseguir continuar e dar sequência em algo que do início ao fim me fez reviver momentos do meu processo de escolarização e reconhecer que a escola pouco mudou, aqueles problemas vivenciados por esta pesquisadora enquanto aluna continuam lá, mudando agora os atores, encenando o mesmo enredo. Muitas vezes a escuta foi angustiante.

Ao iniciar esta pesquisa, foi considerado que a proposta de incluir um Professor Mediador no interior das unidades escolares contribuiria, sim, na

operacionalização das ações pedagógicas intencionais para melhorar as relações de convivência dentro das mesmas, na medida em que este profissional atuaria com propostas pedagógicas de intervenções nos conflitos de ordem interpessoais que muitas vezes culminam em violência dentro das instituições escolares, mesmo que as pesquisas que trouxeram o trabalho com o mesmo objeto de estudos indicassem que a sua presença na escola não foi significativa. (POSSATO, 2014; NEVES, 2013; MENESES, 2012). E considerou-se esta hipótese, pois se acreditava que a presença do Professor Mediador na escola seria positiva, na medida em que duas unidades de ensino estariam sendo confrontadas; uma que havia a presença desse profissional e a outra que não possuía. Acreditava-se que haveria sim uma diferença qualitativa nas ações das duas unidades de ensino considerando aquela em que o Professor Mediador fizesse parte dos recursos humanos na instituição.

Assim, o objeto de pesquisa pautou-se na fundamentação de que as intervenções desse profissional estaria pautada nos princípios da Justiça Restaurativa que é um dos conteúdos da formação desse profissional que objetiva melhorar o clima relacional dentro destas unidades, pelo menos teoricamente, de acordo com a resolução 07/2012 da SE. Fato que embasou a formulação da questão que norteou este estudo que consiste em:

O trabalho com a justiça restaurativa em escola estadual do Ensino Fundamental II, em um município do Estado de São Paulo, por meio do professor mediador, contribui para resolução de conflitos de ordem interpessoal de forma mais positiva, diminuindo a violência dura e as microviolências escolares se comparado àquela que não possui o professor mediador e se está contribuindo para o exercício da cidadania?

Na finalização da apresentação e discussão dos dados não foi possível responder a primeira parte da questão, porque se identificou que o trabalho com a Justiça Restaurativa não estava presente na Escola 01, mesmo com a presença do Professor Mediador que era nossa referência para olhar os dados entre as duas escolas. Apesar da presença desse profissional entre o quadro de servidores, constatou-se que o trabalho com a Justiça Restaurativa era burocrática, situando-se apenas nos documentos da instituição de ensino. O que inviabilizou a análise desta proposta de trabalho que promete melhorar as relações de convivência na escola.

No entanto, este estudo contribuiu para repensar as relações de convivência na escola ao apresentar, discutir e refletir sobre os dois outros objetivos propostos no início deste trabalho. O primeiro que consistia em identificar em duas escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental II os procedimentos previstos e os utilizados no cotidiano escolar, na intervenção dos conflitos interpessoais e nas microviolências e, o segundo que buscou identificar as tomadas de decisões utilizadas para a resolução dos problemas e quais as contribuições destas intervenções nos conflitos interpessoais e microviolências para o exercício da cidadania plena.

Para tentar responder a esses objetivos, a retomada da definição dos conceitos sobre a diferenciação entre violência escolar e as microviolências compostas pelas incivildades, transgressões e indisciplinas contribuiu significativamente para olhar os dados e compreender que a escola vivencia hoje um processo caótico de relações desrespeitosas, seja entre estudantes/estudantes ou estudantes/adultos educadores, porém apontou a

presença da violência escolar de forma tímida, quase inexistente em detrimento as incivildades, aqueles comportamentos que irritam.

Todavia, apesar de verificar que a violência entre os estudantes é em menor número, foi possível constatar que a escola apresenta-se como produtora de violência e não tem consciência que as suas ações frente aos conflitos interpessoais, as microviolências muitas vezes são a mola propulsora da própria violência, ou seja, fala-se neste momento sobre a violência da escola. (CHARLOT, 2002). E o fato da instituição possuir um profissional com formação voltada para a mediação desses conflitos não contribui com uma diferença entre elas nem para a construção de um ambiente mais harmonioso e positivo para o processo educativo e nem para um trabalho preventivo que se pauta na cultura da paz. Ratificando a hipótese inicial deste trabalho que consiste que a escola, ao introduzir o PMEC para o trabalho com a JI, não considera a violência produzida pela própria escola.

A busca por informações nos documentos das duas Unidades contribuiu para enxergar uma escola que esbarra na burocratização do ensino, ao preocupar-se em organizar a documentação da instituição, mas sem colocar em pauta a escola abordada nestes documentos ou mesmo apresentar um projeto de escola para os problemas levantados por elas descritos em seus documentos, as interações e conflitos interpessoais. As dificuldades encontradas em ambas as instituições nas resoluções de conflitos apresentaram uma escola preocupada com o controle, com a disciplina rígida, em se livrar do problema, como se isso fosse possível. No entanto, a diferença entre as duas unidades referente à atuação do papel do gestor escolar apresentou que quanto mais rígida, mais constrangedora, mais os alunos se revoltam.

A inserção do PMEC na escola pesquisada apresentou a contradição entre as reais funções deste profissional que foram trocadas pelas de um ajudante geral, “um faz tudo” que está à disposição da Unidade para colaborar com o melhor que se pode fazer, porém sem realmente cumprir com a sua real função que consiste produzir e executar projetos preventivos das microviolências escolar e na mediação de conflitos interpessoais por meio de círculos restaurativos pautados na Justiça Restaurativa. Refutando a hipótese que o PMEC dentro da Unidade Escolar pesquisada fosse uma ferramenta de controle.

Nos relatos dos estudantes, foi possível verificar o ambiente caótico, que não contribui com a aprendizagem dos saberes historicamente acumulados pela humanidade, com o currículo, na medida em que a exclusão do ambiente escolar priva ainda mais do direito a uma educação de qualidade, principalmente naqueles meninos e meninas em que o comportamento hostil indicava a necessidade maior de um trabalho intencional. E, comportamentos que poderiam servir de pauta inicial de discussão e diálogo com alunos acabaram por ser estopim de atitude arbitrária e punitiva por parte da própria escola.

O estudo apresentou que as regras e normas eram pouco compreendidas pelos estudantes, não eram debatidas, e que muitas vezes o desconhecimentos de sua importância nas relações de convivência e a forma como eram cobradas dos estudantes convertiam em problemas, pois as mesmas, ao invés de contribuir com interações e convivências mais harmoniosas, tornavam-se geradoras de problemas e conflitos, já que as proibições presentes nestas regras causavam mal-estar nos alunos e muitas vezes constrangimento, e tudo em nome de educar. Seja na imposição da roupa a ser utilizada, na falta de itens de higiene pessoal para uso coletivo nos

banheiros, no controle das necessidades biológicas dos estudantes como a sede, o controle dos esfíncteres. Ou seja, a escola, muito além de ensinar/educar, agia de modo a uniformizar padrões de conduta e de aparências, promovendo injustiças que conseqüentemente produziam a violência ou as microviolências nas escolas.

E, é possível inferir que contraditoriamente, a escola estaria desconsiderando que ela própria também é produtora de violência a partir das medidas que toma frente às intervenções de conflitos. E, a inserção do Professor Mediador dentro dela não contribuiu para que a mesma se conscientiza da sua finalidade e responsabilidade no processo de humanização, pensando aqui na formação para o exercício da cidadania plena, as instituições de ensino ainda desconsideram as dimensões do cuidar e educar que foram inseridos na etapa de ensino das escolas pesquisadas pelos documentos mandatários da Educação propostos pelo CNB/ CEB. Confirmando a hipótese inicial deste estudo que consiste em afirmar que ela, a instituição escolar não tem clareza, que cabe a ela, também, a responsabilidade pelo processo de humanização.

Considera-se como base para a formulação das regras de trabalho e de conduta nas relações de convivência entre as pessoas em um espaço social, escolar, os princípios éticos do respeito, dos direitos fundamentais. E, não se defende aqui os comportamentos agressivos e indisciplinados, mas considera-se sim, que esses episódios identificados nas duas unidades de ensino estudadas deveriam ser discutidos, resolvidos entre os envolvidos e aqui o Professor Mediador seria a ponte nesse contexto para esse trabalho. Porém, não é verbalizado pelos estudantes uma intervenção desse profissional na resolução ou atividades baseadas nas propostas do círculo restaurativo, ele não ocorre. E

embora uma das unidades não contasse com esse profissional, também não obtinha um trabalho que pudesse contribuir com a autonomia dos estudantes.

Chegar ao percurso final de uma pesquisa com as evidências da escola como produtora de violência é concluir que as falhas do sistema não indicam apenas um viés para direcionar o olhar. Para o docente ou a escola agir com ações agressivas ou controladoras para resolver problemas de microviolências ou mesmo de violência é compreender o próprio reflexo da falta de investimento ou trabalho real que deveria contribuir para que a escola realmente trabalhasse de modo a formar para o exercício da cidadania previsto na legislação nacional e nos documentos oficiais.

A burocratização do trabalho, a falta de recursos humanos e a falta de um projeto de escola gritam e denunciam que a educação está caminhando para sua falência. Porém, não podemos desconsiderar o que disse Pateman (1992) sobre a intencionalidade de não permitir a participação da comunidade escolar, que estaria a serviço da manutenção da sociedade como tal.

Essa afirmação pode ser entendida a partir das mudanças na legislação referentes aos projetos de enfrentamento da violência escolar, da burocratização e situação precária da escola. O que torna humanamente impossível organizar um espaço educativo visando um trabalho dialógico e participativo. E isso porque estamos falando de um governo que se mantém no poder por mais de duas décadas, mas que não promove um trabalho com sequência, provocando mudanças nos projetos quando esses não possuem mais visibilidade política, como já apontou Scotuzzi (2012). Pode-se trazer como exemplo mais atual a revogação da resolução que normatizou as funções do

Professor Mediador e que foi substituída pela resolução SE 41 de setembro de 2017, que não foi objeto de estudo desta pesquisa.

Deste modo, a escola segue abrigando alunos que querem fugir de seu interior e professores que estão ficando doentes por trabalharem em um ambiente insalubre, caótico, evidenciado no alto número de afastamento de professores por transtornos mentais ou comportamentais em São Paulo, realidade já denunciada no Parecer CNE/ CEB 11/2010. No Estado de São Paulo, os afastamentos passaram de cerca de 25 mil no ano de 2015 para cerca de 50 mil em 2016 e até setembro de 2017 já havia mais de 27 mil casos⁵⁸. Esses números entrelaçam com o resultado da pesquisa apresentada no problema evidenciado neste estudo. O ambiente caótico pelo qual está passando o professorado para lecionar, devido às experiências com “agressões físicas, verbais e até ameaças”⁵⁹, mais o comportamento dos próprios alunos frente às agressões e violência constante no interior das escolas são confirmados nos dados desta pesquisa ao apontar o excesso de comportamentos que irritam dentro das unidades escolares, além da postura da própria escola no enfrentamento destes problemas de convivência que contribui para seu aumento.

E para sinalizar algumas reflexões, é importante pontuar que não foi possível responder a pergunta inicial deste estudo, pois apesar da teoria apresentar a Justiça Restaurativa como uma possibilidade de enfrentamento à violência e às microviolências escolares, ela não está presente na escola, ou

⁵⁸ Disponível no site: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/numero-de-professores-afastados-por-transtornos-em-sp-quase-dobra-em-2016-e-vai-a-50-mil.ghtml>. Acessado em 19 de abril de 2018.

⁵⁹ IDEM

pelo menos na escola pesquisada, apesar de estar presente nos documentos, dessa forma não foi possível refletir sobre esta proposta de prática de resolução de conflitos, uma vez que ela existe apenas na letra da lei, enquanto a escola urge por ações positivas para a compreensão das relações que se estabelecem em seu interior e que culminam nas violências e microviolências na escola. Mas, para um dos estudantes, para se obter convivência mais humana na escola seria necessário considerá-la como espaço que propicie a autonomia e a responsabilidade do estudante, em sua voz

[...] quando você tem o poder na mão, [...] você acaba tendo consciência. Eu amadureci por conta dessa escola, eu sou imensamente grata por isso, mas porque eu fui autônoma, eu tomei consciência que eu precisava disso e que eu tinha que tomar a frente das coisas, porque eu precisava. Então eu acho que o que falta é esse empurrão, porque eu acho, quando você tem o peso da responsabilidade nas costas, você acaba amadurecendo. (A4E2)

E assim, é necessário que a direção da escola

[...] se conscientizasse sobre tudo que acontece e apoiasse os alunos, ao invés de punir, punir sempre, porque eu acho que o que realmente falta é o apoio das pessoas, a solidariedade de cada um, não só punir sempre. [...] nós somos a direção, nós mandamos, é essa ideia que eles têm. E eu acho que isso deveria ser desconstruído. (A4E2)

E Finalmente

Que os alunos tivessem voz, eu acho que os alunos aqui não têm voz, isso acaba “você é só um aluno”. (A4E2)

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Rede de Informação Tecnológica latino-americana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito federal – SEEDF, 2009.

_____. **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. Mirian Abramovay et al. Rio de Janeiro: FLACSO – Brasil, OIE, MEC, 2012.

AGUIAR, R.C.L.; GRÁCIO J.C. Grêmio Estudantil: construindo novas relações na escola. In: BASTOS, J. B. **Gestão Democrática**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

AMES, Maria Alice Canzi. Conexões entre Justiça restaurativa e educação em direitos humanos. In: BEDIN, Gilmar Antonio (Org.). **Cidadania, direitos humanos e equidade**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 83-97.

ANDRADE, F. C. B., CARVALHO, M. E. P (org.). **Instituir para ensinar e aprender: Introdução à pedagogia institucional**. João Pessoa, PB, Ed. Universitária da UFPB, 2009.

ANTÚNEZ, S. A regulamentação da convivência nas escolas através de regimentos institucionais. In: ANTÚNEZ et. Al. **Disciplina e convivência na instituição escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ARAÚJO, Ulisses F. **Um estudo da relação entre o “ambiente cooperativo” e o julgamento moral na criança**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1993. Dissertação de Mestrado.

_____. Ulisses F. **Assembleias escola: um caminho possível para a resolução de conflitos**. São Paulo: Moderna, 2004.

ARCHANGELO, Rosemeire Marques Ribeiro. **A pedagogia da dor física e moral: a história dos castigos escolares a partir da colonização brasileira**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2003. (documentário produzido na disciplina de História da Educação I sob orientação – Prof. Drº Jorge Luis Mialhe).

ARCHANGELO, Rosemeire Marques Ribeiro; OLIVEIRA, Aurea Maria. **ASSEMBLEIAS DE CLASSES E DE ESCOLA: um caminho necessário à implantação do Grêmio Estudantil**. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO: interfaces entre o público e o privado para a oferta educacional. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2009.

ARCHANGELO, Rosemeire Marques Ribeiro. **Sanção expiatória versus sanção por reciprocidade: estudo exploratório em dez classes de Educação**

Infantil. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2010.

_____, **Os procedimentos para a educação moral possíveis no currículo da educação Básica**. Rio Claro, SP: Centro Universitário Claretiano, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso em Especialização em Gestão Escolar.

ALZATE, R. S. H. **Enfoque global de la escuela como marco de aplicación de los programas de resolución de conflictos**. Em F. Brandoni (Org.), *Mediação escolar: propostas, reflexiones y experiencias* (pp. 31-55). Buenos Aires: Ediciones Paidós Iberica, 1999.

BAILLY, A. *Didionnaire Grec-François*. Paris: Hachette, 1950.

BLAYA Catherine. Clima escolar e violência nos sistemas de ensino secundário da França e da Inglaterra. In DEBARBIEUX, E. BLAYA, C. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

_____. **Violência e maus tratos em meio escolar**. Instituto Piaget, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3ª Ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004.

BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Nova Ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOONEN, Petronella Maria. **A Justiça restaurativa, um desafio para a educação**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10062011-140344/fr.php>. Acesso em: 12 de setembro de 2013.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1975.

BRASIL. **Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1990.

_____. **Lei 7398 de 04 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm

_____. **Decreto 477 de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm. Revogado pela Lei nº 6.680, de 1979

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 9394/96. Disponível em:

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CNE/CEB. Parecer 07 de 07 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5367-pceb007-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acessado em 06/07/2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CNE/CEB. Resolução 04 de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acessado em 06/07/2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (PCN) **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ética**. Livro 08. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro082.pdf>. Acessado em 26 de julho de 2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013.

_____. UNESCO - Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Educação para cidadania global**: preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília: UNESCO, 2015.

BRIS, Mario Martín. **Clima de trabajo y organizaciones que aprenden**. Educar 27, 2000. p. 103 – 117.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**: ética do humano – compaixão pela Terra. Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 1999.

CAFÉ, Maria H. B. **Interrogando a “A reprodução de Piere Bourdieu e Jean Claude Passeron.”** Brasília, Fac. de Educação: U.N.B, 1979. Dissertação de Mestrado em Educação.

CECCON, Claudia... [et al.] **Conflitos na escola**: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como lidar. São Paulo: CECIP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). Nota Técnica Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2014.

CHARLOT Bernard. **A violência na escola**: como os sociólogos franceses abordam essa questão. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, julho/dezembro 2002. p. 432-443.

CHAUÍ, M. **Ética e violência**. Teoria e Debate, nº 39, p. 42 – 41, 1998.

CHRISPINO, A. **Os cenários futuros como consenso social**: do contrato social ao universo educacional. RBEP, Brasília, DF, v. 82, n. 200/201/202, p. 40-56, jan./dez. 2001.

_____. **Gestão do conflito escolar**: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.15, n.54, p. 11-28, jan./mar. 2007.

CHRISPINO, A.; CHRISPINO, R. S. P. **A judicialização das relações escolares e a responsabilidade civil dos educadores**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n58/a02v1658.pdf>, acessado em 22 de julho de 2017.

CHRISPINO, A.; DUSI, M. L. H. M. **Uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da Cultura da Paz**. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v.16, n. 61, p. 597-624, out./dez. 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. O princípio da igualdade e a escola. In: CARVALHO, José Sergio (org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

COSTA, Jorge Adelino; FIGUEIREDO, Sandra. **Quadros de referência para o desempenho dos líderes escolares**. In: Ensaios: aval. Pol. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 183 – 202, abril/ junho. 2013.

COSTA, Jorge Adelino; MENDES, Antonio Neto; VENTURA, Alexandre. **Liderança e estratégia nas organizações escolares**. Aveiro: Universidade, 2000.

COSTA, Rodney Querino; SILVA, Nelson Pedro. **Nossos professores estão adoecendo?** Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!debate-academico/nossos-professores-estao-adoecendo>. Acessado em 19/04/2018.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. 2ª edição, Editora Brasiliense: São Paulo, 1993.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, José Sergio (org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

DEBARBIEUX, Eric. **Violência na escola**: divergências sobre palavras e um desafio político. In: Violência nas escolas e políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002.

_____. **Violência na escola**. Um desafio mundial? Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

_____. **A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 163 – 193 jan./jun., 2001.

DE VRIE, Retha; ZAN, Betty. **A ética na Educação Infantil: o ambiente sóciomoral na escola.** Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DUBET, François. **Mutações cruzadas: a cidadania e a escola.** *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47, maio-ago. 2011.

_____. **A escola e a exclusão.** Cadernos de Pesquisas, nº 119, p. 29-45, julho/2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a02.pdf>, acessado em 25 de janeiro de 2018.

EDNIR, Madza (Org.). **Justiça e educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a cidadania.** São Paulo: CECIP, 2007.

FARRINGTON, D. **Fatores de risco para a violência juvenil.** In: Violência nas escolas e políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** 37. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAFFIOT, F. Dictionnaire Gaffiot latin-français. Hachette: Paris, 1934. Disponível em: <http://www.lexilogos.com/latin/gaffiot.php>. Acessado em 03/08/2017.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília: Editora Plano, 2002. Série pesquisa em Educação v. 1.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Editora Atlas S/A, 2002.

GOERGEN, Pedro. **A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.** Educ. Soc. Campinas, v.34, n. 124, p. 723 – 742, jul. – set. 2013. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SPOSITO, Marília Pontes. **Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: FCC; Campinas: Autores Associados, n. 115, p. 101-138, mar. 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação. **ROE – Registro de Ocorrência Escolar**. Disponível em:

<http://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/Interna.aspx?codigoMenu=211>, acessado em 04 de agosto de 2017.

JOLIBERT, Josette; JACOB, Jeannette. **Além dos muros da escola**: a escrita como ponte entre alunos e comunidade. Trad. Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artmed, 2006.

JUNIOR, Marcos Braga. **Michel Foucault: A Legitimidade Dos Corpos Políticos**. Barueri, SP: Minha Editora, 2007.

LA FABBRICA DO BRASIL. **Escola e Família**: instituições em conflito. São Paulo: Observatório do Universo Escolar/Ministério da Educação, 2001.

LA TAILLE, Yves de. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

_____, **Limites**: três dimensões educativas. São Paulo: Editora ática, 1998.

_____, **Vergonha, a ferida moral**. Petrópolis: Vozes, 2002

_____, **Moral e Ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____, **Nossos alunos precisam de princípios e não só de regras**. 2008. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/550/yves-de-la-taille-nossos-alunos-precisam-de-principios-e-nao-so-de-regras?utm_source=tag_novaescola&utm_medium=facebook&utm_campaign=Conte%C3%BAdo_Site&seguidores_ne&utm_content=pensadores, Acessado em 25 de janeiro de 2018.

LEME, M. I. S. **Convivência, conflitos e educação nas escolas de São Paulo**. São Paulo: ISME, 2006.

LE MOS, Fabio Ricardo Mizuno; SOUZA, Paulo César Antonini. **Em busca de relações democráticas na escola**: grêmio estudantil. Disponível: <http://www.efdeportes.com>. Revista Digital - Buenos Aires - Año 13 - N° 121 - Junio de 2008. Acessado em 13/01/2018.

LIBANELO, J. C. OLIVEIRA, J. F. TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNELO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítica-social dos conteúdos. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

LUCATTO, L. C. **Justiça restaurativa na escola**: um olhar da Psicologia Moral. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Unicamp. Campinas, 2012.

LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MALTA CAMPOS, M. **A qualidade da Educação sob olhar dos professores**. São Paulo: FSM/OEA, 2008.

MENEZES, E. C. A. **Mediação de conflitos nas escolas públicas da diretoria de ensino região de Assis**: estudo de caso centrado na função de professor mediador escolar e comunitário. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Em Educação. Universidade do Oeste Paulista, 2012.

MORGADO, C.; OLIVEIRA, I. **Mediação em contexto escolar**: transformar o conflito em oportunidade. Exedra, n.1, jun., 2009.

MORO, Neiva de Oliveira. **“Livro preto”**: como eram tratadas a disciplina e a indisciplina nas escolas da região dos campos gerais - sua base legal, conteúdo e representações sociais que produzem. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Neiva_de_Oliveira_Moro_artigo.pdf . Acessado em: 22/08/2017.

MOURA, M. R. L. **“Caminhando contra o vento, sem lenço sem documento... O Papel do Grêmio Estudantil na Gestão da Escola Democrática”**. Monografia de Pós Graduação em Gestão e Organização Escolar. Universidade Cidade de São Paulo, SP: 2005. Disponível e acessado em 13/01/2018.: <http://www.webartigos.com/articles/3098/1/o-papel-do-gremio-estudantil-na-gestao-da-escola-democratica/pagina1.html>.

NEVES, Rosana Batista Vieira. **Conflito escolar**: uso da mediação. Dissertação de Mestrado. Centro Salesiano de São Paulo. Americana, 2013.

OLIVEIRA, Mariana Tavares Almeida. **Conflitos entre alunos de 13 e 14 anos**: causas, estratégias e finalizações. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação: Caminas, 2015.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PENIDO, Egberto de Almeida. **Justiça e educação**: parceria para a cidadania em Heliópolis/SP: a imprescindibilidade entre Justiça Restaurativa e Educação. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/Download/CoordenadoriaInfanciaJuventude/Pdf/JusticaRestaurativa/Artigos/ArtigoJR-IOB.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

POERNER, A. J. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POSSATO, Beatriz. **O “Professor Mediador escolar e comunitário”**: uma mirada a partir do cotidiano escolar. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2014.

POSSATO, B; RODRIGUEZ-HIDALGO, A. J.; ORTEGA-RUIZ, R. PACHECO E ZAN, D. D. **O mediador de conflitos escolares**: experiências na América do Sul. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 20, Número 2, Maio/Agosto de 2016: 357-366.

PRIOTO, E.P; BONETI, L. W. **Violência escolar**: na escola, da escola e contra a escola. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009

PRÖGLHOF, Patricia de Oliveira Nogueira. **Violência nas escolas e políticas públicas**: um estudo sobre a formulação do Sistema de Proteção Escolar e Cidadania, Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2015.

PUIG, J. M. **Democracia e participação escolar**. São Paulo: moderna, 2000.

PULIDO, R. (2008). **¿Es la Justicia Restaurativa una opción real? Análisis com-parativo de dos programas de mediación con menores infractores**. *Revista de Mediación*, 1, 16-25.

PULIDO, R., MARTÍN-SEOANE, G. y LUCAS-MOLINA, B. (2010a). **La mediación co-mo herramienta educativa para estimular el razonamiento y la compren-sión social**. *Revista de Mediación*, 6, 10-21.

_____. **Orígenes de los Programas de Mediación Escolar**: Distintos enfoques que influyen en esta práctica restaurativa. *Anales de psicología*, 2013, vol. 29, nº 2 (mayo), 385-392.

PULIDO, R., FAJARDO, T., PLEGUEZUELOS, L. y DE GREGORIO ROMÁN, R. (2010b). **La mediación escolar en la comunidad de madrid**: análisis del impacto de la formación en el profesorado y alumnado en el IES “Las Américas” de Parla. *Revista de Mediación*, 6, 32-43.

RAMOS, A.M. **As relações interpessoais em classes "difíceis" e não difíceis do ensino fundamental II**: um olhar construtivista. (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2013.

REDORTA, J. **Como analisar os conflitos**: a tipologia de conflitos como ferramenta e mediação. Barcelona: Paidós Contextos, 2009.

REZENDE, Cyro de Barros Filho, CAMARA, Isnard de Albuquerque Neto. **A evolução do conceito de cidadania**. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT16092013195054.pdf> acessado em 22 de janeiro de 2017.

SALLES, Leila Maria. **Jovens violência escola e os diferentes espaços de convivência**. *Revista Coletiva*, nº 20, set., out., nov. e dez de 2016. Disponível

em: <http://www.coletiva.org/index.php/artigos/?n=679>. Acessado em 25/08/2017.

SANTOS, João Marcos Vitorino dos; ADAM, Joyce Mary. **JUSTIÇA RESTAURATIVA**: possibilidade metodológica para o enfrentamento da violência na escola? Anais do IV Seminário Internacional de representações Sociais, Subjetividade e educação. Educere, 2017.

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalves; SALES, Mônica Patrícia da Silva. **GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA E GESTÃO DO ENSINO**: a contribuição docente à construção da autonomia na escola. Revista Ensaio: Belo Horizonte, v.14, n. 02, p. 171-183, ago-nov, 2012.

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalves; SILVA, Mônica Patrícia da. **GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA E GESTÃO DO ENSINO**: a contribuição docente à construção da autonomia na escola. Belo Horizonte: Revista Ensaio, v.14, n. 02, p. 171-183, ago-nov, 2012. Disponível e acessado em 18/02/2018: <http://www.scielo.br/pdf/epec/v14n2/1983-2117-epec-14-02-00171.pdf>.

SÃO PAULO, Resolução SE n.19, de 12 de fevereiro de 2010. **Diário Oficial da União**, Imprensa Oficial, Poder Executivo, São Paulo, 13 fev. 2010. Seção I, p. 29.

_____. **Resolução SE nº 01, de 20 de janeiro de 2011**. Diário Oficial, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 121 (15), p.40, 21 de janeiro de 2011b.

_____. **Resolução 07 de 19 de janeiro de 2012**. Disponível em: HTTP://WWW.MPSP.MP.BR/PORTAL/PAGE/PORTAL/EDUCACAO/LEGISLACAO/ESTADUAL/RES_SEE_07-12_190112_PROFESSORMEDIADOR.PDF

_____. **Resolução 74 de 27 de dezembro de 2016**. Altera a Resolução SE 19, de 12-2-2010, que institui o Sistema de Proteção Escolar na rede estadual de ensino de São Paulo. <HTTP://DEJOSEBONIFACIO.EDUNET.SP.GOV.BR/2015/RESOLU%C3%A7%C3%A3O/RESOLU%C3%A7%C3%A3O%20SE%2074,%20DE%2027-12-2016.PDF>

_____, **Resolução 41 de 22 de setembro de 2017**. Disponível em: [file:///C:/Users/Rose/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SE%2041_17%20\(1\).html](file:///C:/Users/Rose/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SE%2041_17%20(1).html).

_____. **Normas gerais de conduta escolar**: Sistema de Proteção Escolar. São Paulo, 2009. Disponível em: http://file.fde.sp.gov.br/portalfde/Arquivo/normas_gerais_conduta_web.pdf. Acessado em 03 de agosto de 2017.

SASTRE, G.; MORENO, M. **Resolução de conflitos e aprendizagem emocional**. São Paulo: Moderna, 2002.

SCHILLING, Flavia. **Conflitos, violências, injustiças na escola? Caminhos possíveis para uma escola justa.** Cadernos de Pesquisa, vol. 46 n. 161, p. 694-715, jul./set. 2016.

SCORSOLINE, Ailton Bueno; MOURA, Marcilene Rosa Leandro; SANCTIS Ricardo José Orsi de. **GRÊMIO ESTUDANTIL: desafios e impasses na construção da cidadania. 2005?** Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Ailton%20bueno%20scorsoline.pdf. Acessado em 17/02/2018.

SCOTUZZI, Claudia Aparecida Sorgon. **O sistema de proteção escolar da seesp e o professor mediador nesse contexto: análise de uma política pública de prevenção de violência nas escolas.** Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, SP, 2012.

SERRANO, G.P.; GUZMAN, M.V.P. **Aprender a conviver: el conflicto como oportunidade de crecimiento.** Madrid: Narcea, 2011.

SILVA, José Eduardo Marques da. **Justiça Restaurativa I: da retribuição à restauração. Um movimento a favor dos direitos humanos.** 2010. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/18598/justica-restaurativa-i-da-retribuicao-a-restauracao/3>. Acessado em 02/09/2013.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e. **As propostas de enfrentamento da violência nas escolas públicas e a mediação de conflitos.** Projeto de Pesquisa encaminhado a FAPESP e ainda não publicado, 2013.

SILVA, Marilda da. **Violência da escola: quem comete, tipos e consequências.** Revista Coletiva, nº 20 setb, out, nov., dez de 2016. Disponível em: <http://www.coletiva.org/index.php/artigo/violencia-da-escola-quem-comete-tipos-e-consequencias/>. Acessado em 26/08/2017.

SILVA, J. M. A de P. &, MARTIN BRIS, M. **Organização escolar e clima de trabalho: revisão teórica.** In: *Educação: teoria e prática*, Rio Claro- UNESP, vol. 10, nº 18, jan.-jun. 2002, e nº 19, jul. – dez. 2002, p. 24-30.

SELSNICK. P. **A liderança na administração: uma Interpretação sociológica.** FGV, SP, 1972.

LEMONS, Fabio Ricardo Mizuno; SOUZA, Paulo César Antonini. **Em busca de relações democráticas na escola: grêmios estudantis.** Disponível <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Año 13 - Nº 121 - Junio de 2008. Acessado em 13/01/2018.

SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa.** v. 27 n. 1. São Paulo, jan./jun. 2001.

SPOSITO, M. A. **A instituição escolar e a violência**. Cadernos de pesquisa, nº 104, São Paulo, p. 58 – 75, 1998.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; VINHA, Telma Pileggi. **Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola**. Campinas, SP: Mercado das letras, 2007.

UDEMO - Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo. **Violência nas escolas: incidências, causas, consequências e sugestões**. Disponível em: www.siraque.com.br/site/pdf/violescola.pdf.

_____. **Pesquisa: Violência nas escolas em 2009, 2007 e 2002**. Disponível em: <http://www.udemo.org.br/Pesquisas/ArquivoPesquisaViolencia.html>. Acessado em: 13 de agosto de 2017.

UNESCO. Declaração dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acessado em: 14 de agosto de 2017.

VINHA, Telma Pileggi, SILVA, F. A.; MAIA, K.; CARNEIRO, K. C. F; SCARANZZATTI, M. J. S. A implantação da justiça restaurativa como um processo de resolução de conflitos na escola: uma realidade a ser construída. In: TOGNETA, L.R. P; VINHA, T. P. **Conflitos na instituição educativa: Perigo ou oportunidade?** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

VINHA, Telma Pileggi. Os conflitos interpessoais na escola. In: GARCIA, J; TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. **Indisciplina, conflitos e bullying na escola**. Vol. 2. Campinas, SP: Mercado d Letras, 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2014- **Os jovens no Brasil**. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf acessado em 13/01/2014.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. **Violência extra e intramuros**. In. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 16, nº 45 – fevereiro/2001 – pág. 145 – 164.